Polonia Estudios Latinoamericanos
Sociedad Polaca de Estudios Latinoamericanos
ISSN 0137-3080

Original title / título original:

O Estado no capitalismo dependente: Brasil, uma tentativa de análise teórica

Author(s)/ autor(es):

Henryk Szlajfer

Published originally as/ Publicado originalmente en:
Estudios Latinoamericanos, 4 (1978), pp. 73-95

DOI: https://doi.org/10.36447/Estudios1978.v4.art3

Estudios Latinoamericanos is a journal published by the Polish Society for Latin American Studies (Polskie Towarzystwo Studiów Latynoamerykanistycznych).

The Polish Society for Latin American Studies is scholarly organization established to facilitate research on Latin America and to encourage and promote scientific and cultural cooperation between Poland and Latin America.

Estudios Latinoamericanos, revista publicada por la Sociedad Polaca de Estudios Latinoamericanos (Polskie Towarzystwo Studiów Latynoamerykanistycznych).

Sociedad Polaca de Estudios Latinoamericanos es una asociación científica fundada con el fin de desarrollar investigaciones científicas sobre América Latina y participar en la cooperación científica y cultural entre las sociedades de Polonia y América Latina.

Estudios Latinoamericanos 4 (1978), pp. 73-95

O *Estado no capitalismo dependente: Brasil, uma tentativa* de *análise teórica.*

Henryk Szlajfer[*]

Discursando em 1955 na Escola Superior de Guerra (ESG), o general Castelo Branco advertia seus ouvintes: «Do the armea forces really ha ve the political capacity to learn the solutions to the political and administrative problems of the Nation? [...] The armed forces cannot, if they are true to their tradition, make Brazil into another South American Republiqueta. If we adopt this regime, it will enter by force, will only be maintained by force, and will go out by force»[1]. Em 1964, após a queda do presidente Joao Gaulart, o gen. Castelo Branco tornan-se o seguinte presidente, entretanto, desta ve", de um país submetido ao terror militar. O fato da contradição entre «a palavra e a ação», contido na atividade de Oastelo Branco, seria pouco interessante, se não fosse certa mudança, para a qual de maneira carreta chamou atenção .Alfred Stepan na monografia dedicada ao exército brasileiro, a saber: «until the military coups of 1930, 1945, 1954, and 1955, the military in 1964 had not merely removed a chief executive they had assumed political power in the nation. [...] Underlying this change was major change in ideology: the military were going to be the director s not the moderators of politics»[2].

O esclarecimento deste mundança pratica (e ideológica), assim como o esclarecimento dos fatores que se encontravam na origem da crise da primeira meta de dos anos sessenta e, a seguir, nas origens do

---

[*] Traducido del polaco por Almir Gonçalves

[1] Citação segundo A. Stepan: *The Military in Politics: Changing Patterns in Brazil,* Princeton, N. J. 1971, pp. 120 -121.

[2] *Ibidem,* pp. 123 -124

«milagre. económico» brasileiro, após 1968, exige, em minha opiniao; uma análise anterior do caráter das relações que tem lugar entre a esfera da reprodução das relações económicas e o Estado. A compreensão e o esclarecimento das direções das mudanças na conjuntura política não pode, em consequencia, ter lugar no plano da análise das categorias e das relações políticas, e de qualquer maneira, a análise que não vai alem do círculo destas categorías e relações possibilita, no máximo, o esclarecimento de certas formas específicas, nas quais tem lugar a realização da atividade política.

O fim imediato, o qual me coloco, serã então a análise das condições, nas quais a institucionalização do terrorismo do aparelho estatal, ao lado das funções «puramente» políticas, começa a exercer um importante papel económico, asseguraudo num longo período as premissas indispensáveis da reprodução do capital.

Capitalismo de Estado* e *Estado populista.

As categorías analíticas básicas que permitem a investigação da situação, da, qual nasceu o putch de 31 de março de 1964, são as categorías do capitalismo de Estado e do Estado populista.

A categoría primeira, referente as condições dos países sub desenvolvidos, foi, entre outras, definida por Oskar Lange, que afirmava que se o setor nacionalizado da economía foI submetido aos critérios da racionalidade dominantes no setor privado, entao terá lugar o bloqueio do desenvolvimento económico. Daí este desenvolvimento poder ser garantido, seja nas condições da economía socialista seja também nas condições do capitalismo de Estado, significando, netes caso, a essencia económica do «sistema indireto» (Kalecki).

Abstraindo-se momentaneamente do caráter ideológico da categoria do capitalismo de Estado e do «sistema indireto», deve-se salientar que uma indispensável complementação ideológica e política desta categoría constituí a concepção do Estado populista. Na apresentada por Octavio Ianni anális comparativa dos populismos latinoamericanos, a essencia deste Estado é definida da seguinte maneira: «O Estado populista [...] não é o resultado de um

agravamento excepcional das contradições e lutas entre a burguesía e o proletariado. Ele surge das contradições geradas no seio da classe dominante (burguesía agropecuária, comercial, financeira e industrial) em combinação coro os antagonismos entre essas fragües e as outras classes sociais, na crise da economía primária exportadora». Daí no Estado populista «as contradições principais eram as contradições entre a própria coalisao (burguesia industrial – massas, acrescento) e as estruturas oligarquicas e imperialistas que se encontravam fora do poder»[3].

Nos limites em que é analisado o exemplo do Brasil, as opiniões apresentadas sobre o capitalismo de Estado e o Estado populista despertam uma série de dúvidas. O ponto de vista de que a submissão do Estado ao capital significa o bloqueio do crescimento económico é, de maneira clara, questionado pelas estatísticas. Isto significa que a concepção teórica que acentua a impossibilidade objetiva de acumulação do capital nos quadros dos critérios «puramente» capitalistas da rentabilidade contem elementos de apreciação ideológica. Por outro lado, a componente ideológico da categoría capitalismo de Estado em forma da teoría do Estado populista contribuí para a generalização dos aspectos ideológicos contidos na categoria de capitalismo de Estado.

A apresentada por Ianni caraterística do Estado populista, de mane ira injustificada, 1) minimaliza os elementos de compromisso entre as fragües «modernas» e «tradicionais» da burguesía, e 2) engrandece o papel do conflito entre a burguesia industrial («moderna», definida igualmente como «nacional») e o imperialismo. Não são estas questoes pouco importantes, pois justamente desta mane ira torna-se possível a criação da teoría da burguesía industrial «em Estado de surgimento», cuja plena articulação como classe hegemónica (tendencia a se transformar em classe representando os interesses. da «nação») é impossibilitada pela pressao de caráter político. Em consequencia, a capitulação desta burguesía como classe política e ideológica condiciona a sua capitulação na esfera económica, e, em último resultado, a crise do popunsmo e do Estado populista.

---

[3] O. Ianni: *A formação do Estado populista na América Latina*, Rio de Janeiro 1975, pp. 48, 126

Se entretanto acentua-se o significado do conflito entre a «coalisão populista » e a oligarquia e o imperialismo, dever-se-ia apresentar argumentos em favor da tase de que este conflito foi o fator causador das rpudanças económicas e políticas no período 1930/1964. A apresentação deste tipo de argumentos é, portanto, dificultada tendo em vista os seguintes fatos: 11 nos anos 1930-1964, isto é, no período do florescimento e desaparecimento do populismo brasileiro, a estrutura da propriedade da terra não sofreu importante mudança, e, em consequencia, a luta pelo poder político não foi transformada em tentativa de mudança radical dos sistemas económicos; 2) o nascimento do populismo teve lugar no período da limitação relativa da intervenção direta do imperialismo nas questões interiores do Brasil.

Estas observações não deveriam, entretanto, sugerir que as contradições de interesses que Mm lugar entre as diversas frações da burguesia ou também entre a burguesia industrial e o imperialismo não exerceram importante papel na formulação dos fins do Estado populista e da sua evolução histórica. Portanto, cada uma destas contradições exercia diferente papel nos diversos estádios da evolução deste tipo de Estado, aliás, identicamente como o conflito entre a burguesia e as massas populares. (Por exemplo: em que período a concepção de Ianni do Estado populista esclarece a revolta dos paulistas em 1932 como também os levantes populares, quais seguidamente contribuiram para a criação de O Estado Novo? – ou também a deslegalização do PCB em 1947 e o apoio prestado ao governo de Dutra pelos industriais de são Paulo na pessoa de Roberto Simonsen? – ou também as diferenças entre a presidentura de Juscelino Kubitschek e a presidentura de João Goulart?). Penso que a distinção dos diversos estádios da evolução do popunsmo brasileiro, igualmente como o esclarecímento do papel do conflito intra e interclassista nos diversos está dios da formulação dos fins do Estado populista não pode estar Contido num fórmula ideológica simplificante.

Eis por que também, procurando evitar os perigos relacionados com a opção em favor «do determinismo econômico», assumirei a tentativa de apontar as condições características da acumulação do capital

(interiores e exteriores), que primeiramente contribuiram para o surgimento do Estado populista, para 30 anos mais tarde conduzir a sua crise estrutural e declínio. Penso que voltar a atenção a este aspecto do problema permitirá, como raciocino, dompreender as contradições, nas quais foram ingeridas as forças sociais, que assumiram a tentativa de desenvolvimento da sociedade capitalista contrariamente às principais tendências de desenvolvimento da economía capitalista mundial e do capital em geral.

Condições da acumulação, a classe dominante e o Estado até 1964.

O processo de industrialização, iniciado com a crise mundial em 1929, não significou – no caso do Brasil - a criação da estrutura industrial «desde as bases». Á época da Republica Velha caracterizou-se não somente pela expansão da economia do café, mas igualmente pela expansão da indústria leve, que constituía as bases dos enclaves exportadores[4]. A crise económica dos anos trinta foi assim a crise não somente da oligarquía domiuante economica e politicamente até 1930, mas, neste mesmo grau, a crise da burguesía industrial constituida na base da economía exportadora.

Enquanto a oligarquía perdio, a partir do momento da eclosão da crise, todas as chances de manter o contrôle ideológico e político na sociedade, a burguesía industrial uma tal chance obtinha; a condição da sua concretização foi a adoção, em primazia, da: iniciativa política subtraida das maos da oligarquía – sem provocar ameaga de crise da sociedade burguesa como tal – e a segu,ir, a realização de trarnsformações na estrutura industrial, que permitiram a continuação da reprodução do capital nas condições do enfraquecimento relativo da força de ação dos estímulos exteriores (do mercado mundial).

A coincidência no tempo das tarefas políticas e econômicas conduziu a criação da coalisão interiormente contraditória das forças políticas, na qual a burguesia industrial «manobrava» (com o auxilio das camadas médias) entre a oligarquia tradicional e a classe operária,

---

[4] Ver S. J. Stein: *The Brazilian Cotton Manufacture: Textile Enterprise in an Underdeveloped Area, 1850-1950,* Cambridge, Mass. 1957 e W. Suzigan e A. Villanova Villela: *Politica do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945*, Rio de Janeiro 1973

esta entretanto submetida ao cuidadoso contrôle do aparelho do Estado e dos sindicatos profissionais organizados pelo Estado.

No plano econômico, onde o campo de manobras era limitado pela rigidez das estruturas econômicas, a burguesia industrial teve de aceitar o fato do ativo intervencionismo estatal. Se bem que este intervencionismo, no primeiro período da presidentura de Vargas, não conduziu a criação do programa total do desenvolvimento económico, entretanto, inclusive as iniciativas puramente defensivas do Estado em defesa da balança de pagamentos permitiram o início das amplas transformações na estrutura económica do país. Desta maneira, com o auxilio do aparelho do Estado, a burguesia industrial estava em condição de não somente sobreviver a crise dos anos trinta, mas igualmente de maneira significativa ampliar o campo das suas influencias e, em aliança com as classes médias, constituir a sua hegemonia.

Após o término da II guerra mundial e a reconstrução da economía mundial, o desenvolvimento económico do Brasil, baseado na política de substituição da importaço e no crescimento do significado da burguesia industrial, teve lugar fúndamentalmente nos quadros da política de compromisso elaborada nos anos anteriores. Isto se tornou possível graças a dais fatores: de um lado, o rápido desenvolvimento da economia mundial possibilitou o crescimento da exportação tradicional, contribuindo, desta maneira, para o crescimento das possibilidades importadoras da economia; por outro lado, a política de substituição da importação realizada neste período fiao passaya da primeira fase – «fácil» – que se baseava na substituição da importação de bens de consumo pela produção própria. Nesta fase, nem o problema do mercado nem o problema da concorrencia da produção não constituiam ainda ameaça direta para as condições da reprodução do capital. O que é mais importante, a concentração no mercado interior, juntamente com a falta da decidida concorrencia do capital estrangeiro e com a política protecionista do Estado, possibilitou a defesa da existente na indústria estrutura de custos e o financiamento, desta maneira, não somanta do posterior desenvolvimento da burguesía industrial, mas igualmente do apoio da classe operária.

A crise estrutural do populismo foi iniciada por aqueles mesmos fatores que ainda no início dos anos cinquenta possibilitavam a sua duração. O crescimento económico baseado na «fácil» substituição da importação parda a sua dinámica sob a influencia das barreiras exteriores (desfavoráveis *terms of trade* conduzindo a diminuição das capacidades importadoras, o que ameaça a existencia de parte da indústria absorvedora de importaçao) e interiores (crescimento das possibilidades produtivas encontra pela frente a barrelra do mercado, e a desfavorável estrutura de custos da produção impossibilita a expansão da exportação industrial). Neste momento também inicia-se a específica carreira do populismo como corrante ideológica e política cristalizada.

Os projetos populistas de solução da crise económica baseavam-se, a grosso modo, na concepção da criaço da economía capitalista nacional, com o claramente acentuado papel do aparerho estatal como corretor das atividades assumidas pelo setor privado. De acordo com estas projetos deveria ter lugar o deslocamento do ponto de gravidadedá industrialização em direção ao desenvolvimento da indústria pesada (criaço da estrutura industrial integrada), a ampliação do mercado interior atrabés da redistribuição dos rendimentose a realização da reforma agrária,o que deveria trazar a inserção da população rural no mercado de consumo dos bens industriais. E a questão mais importante: indispensável era o restabelecimento das condições de isolamento relativo do mercado mundial, assim como teve lugar no período da crise dos anos trinta. Desta vez, entretanto, este isolamento deveria ser resultado da política consciente da burguesía industrial e do Estado.

Na esfera econômica, o projeto populista significou o rompimento com a política de compromisso com a oligarquía e a mudança das fontes de financiamento do crescimento econômico – as custas da oligarquía. Significou igualmente a introdução de agudas restrições frente ao capital estrangeiro. Por sua vez, na esfera política este projeto implica va na mudança de relação de forgas entre a burguesía industrial e a classe operária, juntamente, ao mesmo tempo, com a ativização da classe camponesa. A mudanga da relação de forgas deveria ter caráter qualitativo, país a realização do programa

económico do populismo singificava a liquidação da oligarquía como classe, e as restrições frente ao capital estrangeiro significava, de fato, ameaga direta par a esfera de dominação política e económica dos Estados Unidos. Com outras palavras, o projeto populista levo u a situação, na qual a burguesia industrial deveria não somente se declarar a favor de um nacionalismo e intervencionismo estatal avangado, mas igualmente colocar sob interrogação o caràter burgues do Estado e da sociedade.

O dramático suicídio de Vargas em 1954 e o seu testamento assinalavam que a burguesía industrial, as camadas médias e o exército não tinham absolutamente vontade em arriscar o início do jogo, cujo resultado poderia acontecer ser a mudança radical do sistema de forgas na sociedade e eventualmente a liquidação da burguesía industrial como classe hegemónica. Vargas escreveu no testamento que tornou-se vítilpa de «a diguised compaign of international and national groups which resiste the progress of the workers [...]»[5]. Para a burguesía, entretanto, o slogan nacionalista langado por Vargas no momento da criação da PETROBAS – «O petroleo é nosso!» – com facilidade poderia se transformar no significativamente mais ameagador – «O Brasil todo é nosso!» E não é coisa acidental que justamente neste período da crise estrutural do populismo a burguesía industrial iniciou a elaboração do seu programa próprio, que no seio do exército apareceu como a concepção «das fronteiras ideológicas» e «do crescimento económico como imperativo da seguranga interior», formulada pelo gen. Golbery do Couto e Silva (no governo do Castelo Branco exercia a função de SNI, presentemente é um dos mais próximos conselheiros do presidente Geisel). Em 1962, quando a noção «coalisao populista» perde já qualquer significado, Mario Henrique Simonsen (atual ministro do planejamento) formula extraordinário agudo a taque contra aquilo que define como «xenofobia e tipo monopolista de nacionalismo», mas em realidade – contra a chamada burguesía

[5] Citado segundo E. A. van Niekerk: *Populism and Political Development in Latin America*, Rotterdam 1974, p. 55

nacional que, inadvertidamente, brinca com a propaganda nacionalista[6].

O «Programa de Metas», realizado nos anos 1956-1960 por Juscelino Kubitschek foi a ultima tentativa de manutenção do compromisso entre as exigencias impostas pelo crescimento económico e a barreira política colocada pela burguesía industrial, pelas camadas médias e o exército, de um lado, e pela classe operária e campesinato, por outro lado. A política financeira neste período plenamente reflete o caráter de compromisso de Estado de então (é não a sua avangada autonomía como afirma Nathaniel H. Leff)[7]. Durante 4 anos a maioria dos ponto s do «Programa de Metas» foi realizada. Entretanto, o preço que se pagou foi alto: apesar dos meios adotados no outono de 1958, a inflação ,que acompanhou a realização do programa transformou-se em hiperinflação e nos anos seguintes em stagflagao. As possibilidades de continuação do crescimento económico sem a realização de transformações radicais foraro esgotadas.

Deve-se aquí sublinhar que no período da presidentura de Kubitschek as contradições contidas no programa de industrialização baseado no compromisso entre o populismo radical e os interesses da burguesía industrial e da oligarquía eram resolvidas principalmente no plano económico: a sua expressão era, antes de tudo, a difícil situação financeira. No período da presidentura de Janio Quadros, e, a seguir, de João Goulart, este plano sofreu uma mudança repentina – as contradições económicas, impossíveis de serem resolvidas através da ajuda «da política financeira», manifestam-se em forma de crise ideológica, crise política e crise do Estado. Entretanto, as condições, nas quais a mudança do plano do conflito tem lugar, sao incomparáveis com as condições de 1930. Antes de tudo, o fator exterior – surgimento de Cuba socialista e a ativa política dos EUA no continente latinoamericano almejando o isolamento«do caso» cubano. O fator interior – constituição do novo bloco de poder,

---

[6] M. H. Simonsen:*The Role of Government and Free Enterprise,* cm: M. Adams, ed.: *Latin America: Evolution or Explosion?,* New York 1963, pp. 138 -139.

[7] N. H. Leff: *Economic Policy-Making and Development in Brazil,* 1947-1964, New York 1968. Observações críticas sobre esta teoria apresentou V. Baer: *Industrialization and Policy-Making in Brazil,* «Economic Development and Cultural Change», VoL 19, 1971, n° 2. Comparar também, para apreciaQao das implicaQoes politicas da politica de compromisso, o trabalho de T. E. Skidmore: *Politics in Brazil. An Experiment in Democracy,* New York 1967.

composto pela burguesia industrial («nacioçal»), oligarquia e capital estrangeiro. Como indica Vivian Trias, a desnacionalização avangada da burguesia industrial brasileira no período de realização do «Programa de Metas» e as suas ligações estruturais com o capital estrangeiro e a oligarquia «habían corroído a tal extremo su .potencial capacidad de lucha, que puede aseverar,se que Quadros y Goulart fueron dirigentes democrático-burgueses sin una clase numerosa, coherente y firme en que apoyarse»[8].

No plano ideológico, a característica para o populismoconcepção de desarrolismo (no Brasil – «o nacionalismo desenvolvimentista») é posta sob interrogação, tendo em vista a) a irresolução do conflito dentro da classe dominante, b) a ligação estrutural da burguesia «nacional» com o capital estrangeiro («[...] la idea de independencia económica fue sustituida por la interdependencia, que expressa las nuevas relaciones interempresariales [...]»)[4] e c) pela capitulação ideológica e política da classe dominante frente ao imperialismo.

No plano político isto significa o rompimento final do populismo como política de compromisso, o crescimento do movimento popular, a ameaga do sistema como todo ea opção da burguesia em favor do imperialismo e do interesse económico. Como escrevia ainda em 1955 Vivian Trias, chega um tal momento quando a burguesia nacional deve «fazer escolha: ou decidida luta com o imperialismo, ou alianga com ele e com a oligarquia dos latifundiários [...]. Se inclusive a primeira.Variante utópica tivesse quaisquer éhances de sucesso, entretanto a segunda é sempre mais vantajosa»[10]. Em 1964, a escolha «da variante mais vantajosa» estava já de uma certa maneira predestinada. não tanto por causa da pressao exterior do imperialismo, quanto por causa do interesse próprio da burguesia «nacional». .A assunpção de luta contra o imperialismo era realmente uma utopia, pois sem o imperialismo considerado como fator exterior e interior, a hegemonia da burguesia, a sua existencia económica e política, era inconcebível.

---

[8] V. Trias: *Imperialismo y geopolitica en America Latina*, Montevideo 1967, p. 337.

[4] F. H. Cardoso: *Empresarios industriales y desarrollo industrial en Brasil*, «Revista Paraguaya de Sociologia», 1967, n° 10

[10] V. Trias: *Raices: apogeo y frustración de la burguesia nacional*, «Nuestro Tiempo», Abril 1955.

Na situação desta tríplica erige, o Estado, cuja razao de existencia fundamentava-se na realização prática dos interesses contraditórios, não está já em estado de restabelecer a ordem através de métodos constitucionais. O Estado mesmo está, portanto, em estado de erige.

Na interpretação de Ronald M. Schneider a erige do Estado em 1964 expressava «an inadequate level of institutionalization» em comparação ao nível alcançado do desenvolvimento social e económico. A criaço da diferenciada estrutura económica e social não encontrou o correspondente adequado no desenvolvimento da estrutura política, daí também surge «the repeated emergence of the Armed Forces as a crucial factor [...]»[11].

Interpretação deste tipo constitui, entretanto, no máximo, descrição dos traços exteriores, dentro dos quais manifestou-se a erige e sua resolução. Ex post pode-se sempre afirmar que o gran no qual a estrutura estatal e o sistema políto estavam em estado de tomar em consideração os interesses das diversas camadas e classes era insuficiente, e que certos grupos sociais tiveram de procurar outras maneiras de articulação dos gens interesses, contribuindo para a falencia da estrutura política como todo. O valor esclarecedor deste tipo de afirmações é entretanto pequeno, sobretudo se tomemos em consideração o fato de que a instituição que conduziu à superação da crise - o exército – estava igualmente longe da unanimidade no campo da opção em favor do interesse de um grupo social concreto como as instituições civis. Além disto, a concepção de la cuna ho nível da institucionalização não esclarece, em grau satisfatório, a participação duradoura do exército na vida política após 1964. Se portanto esta la cuna se apresentava tanto antes de 1930 como na época do populismo, e se cada vez a crise das instituições políticas era liquidada através da ajuda de intervenções de curta duração do exército, surge a pergunta – porque em consequencia da crise de 1964 tornou-se uma ditadura militar duradoura? (Identica pergunta pode-se colocar, levando-se em consideração o exemplo do Chile, Uruguai ou Argentina.)

---

[11] R. M. Schneider: *The Political System of Brazil: Emergence of a «Modernizing» Authoritarian Regime 1964-1970,* New York 1971, pp. 11, 36.

Parece que as respostas a estas perguntas deve-se procurar num plano diferente do que o proposto por Schneider. No domínio do, esclarecimento das fontes da intervenção do exército em 1964 dever-se-ia, antes de tudo, apelar para a análise do grau de intensificação dos conflitos sociais nos anos 1961-1964 e para a análise da composição social da coalisao, que empurrou o exército a iniciativa da ação. Quando, contudo, tentamos esclarecer a essencia e os fins do Estado criado em resultado da crise de 1964 – dever-se-ia apelar para a ená.lise das mudanças no sistema de forças interior ao bloco do poder, como do sistema de forças entre a classe dominante e as massas populares.

No que tange o primeiro problema, digamos de maneira breve que do ponto de vista do bloco do poder o desenvolvimento dos acontecimentos no período de 1961-1964 apresentava uma ameaça não para as diversas frações em separado, mas para o bloco como todo. As ações empreendidas pelo cunhado do presidente Goulart, governador Brizola, o crescimento das contradições no exército e o levante dos sargentos, o aparecimento do movimento camponês político dirigido pelo advogado Francisco Julião e dos sindicatos profissionais camponeses, a política radical do governador Miguel Arraes almejando o rompimento da população camponesa do Nordeste da influencia da oligarquía, etc., todos estes processos, ligados com a estagnação económica, provocaram o sentimento de ameaça não somente entre as camadas médias, sensíveis a toda falta de estabilidade, mas igualmente entre a oligarquia, o capital estrangeiro e a burguesia industrial. Eis por que também não se pode concordar com Celso Furtado quando afirma que a chamada Aliança em favor do Putch compunha-se principalmente da oligarquia, das camadas médias urbanas e do exército[12]. Esta aliança abrangia todo o bloco do poder, não passando ao lado da burguesia «nacional»[13]. As observações sobreó segundo problema apresento abaixo.

---

[12] C. Furtado: *Van der Republik der Oligarchen zum Militärstaat*, em: *Bresilien Heute*, Frankfurt am Main 1971

[13] A. Stepan: *op. cit.*, pp. 186, 246

Condições da acumulação, a classe dominante e Estado após 1964.

O exemplo do Brasil indica que as teorias excluindo o desenvolvimento «puramente» capitalista, na base da acumulação do capital, foram baseadas nas premissas que impossibilitam a compreensao dos processos reais. O postulado da análise crítica foi transformado na prática da criação de modelos do desenvolvimento capitalista basados em critérios irreais, isto é, em critérios que não constituem uma explicação do *modus operandi* do modo capitalista de produção.. Proceder deste tipo foi generalizado por Paul A. Baran, e concretizado, no exemplo da .América Latina por Pablo Gonzalez Casanova. Escrevia Baran: «[...] in the addition to what imperialism does, one should consider and indeed emphasize what its role is in preventing what needs to be done»[14]. Na abordagem de Gonzalez Casanova esta tese Boa: «When speaking of economic development, I [. ..] think of the process of increasing the net national product or the per capita product, and also of progress toward a more equitable distribution of the national product than in the past. [...] When 1 speak of economic development, I think also in terms of raising the standard of living of the population with regard to food, health, clothing, and education»[15]

Quando entretanto pensamos de desenvolvimento capitalista, o único importante critério da existencia ou falta «de desenvolvimento económico» Bao as possibilidades (ou a sua falta) da acumulação de capital. Todos os outros «criterios» são, em essencia, resultados do processo de acumulação, variáveis dependentes, e não parametros. E eis também por que a pergunta que coloco são diversamente: não me interessa aquíse o desenvolvimento capitalista do Brasil é «egalitário» ou também «não-igualitário», se o capitalismo brasileiro contrihui para a felicidade da população, se também nao; interessame contudo se no Brasil é possível a acumulação do capital, e se sim, entao em que formas tem lugar e que mudanças sócio-económicas introduz.

---

[14] Citação segundo P. M. Sweezy: *Obstacles to Economic Development*, em: C. H. Feinstein, ed.: *Socialism, Capitalism and Economic Growth: Essays presented to Maurice Doba*, London 1973, p. 191.
[15] P. Gonzales Casanova: *Democracy in Mexico*, London 1970, p. 3.

No plano político o putch de março de 1964 significava tanto a destruição das organizações operárias tradicionais (dos sindicatos profissionais), a liquidação do movimento campones político (Ligas Camponesas), como a capitulação política da classe dominante frente ao aparelho do poder (o exército). Enquanto, entretanto, as manobras dirigidas contra os operários e a população rural expressavam a reação normal do Estado hurgues no momento de erige, a neutralização política da classe dominante surgiría como um dos mais importantes fatores da posterior evolução política e económica do Brasil.

A autonomía do aparelho do poder expressava significativamente mais do que a necessidade de superação da erige política através da ajuda «do bonapartismo conjuntural». Este fator favorável. a criação da ditadura militar exerceu evidentemente um papel colossal na preparação mesma do putch e no período que diretamente lhe sucedeu (mais ou menos até o fim de 1967). Entretanto, na perspectiva dos presentemente jà 12 anos, as funções da ditadura militar aconteceram ser de mais longo alcance. O processo político que se iniciou como ação comum de todo o bloco do poder contra a ameaça de liquidação do sistema como todo, transforman-se numa mudança de longo prazo da estrutura e da relaço de forças no bloco mesmo do poder.

A base desta mudança é uma série de processos manifestandose na esfera económica, baseando-se na reestruturaço ehomogenização da burguesía brasileira. Estesprocessos se apreentam nas formas seguintes:

- como processo de concentração na indústria, atacado e finanças, conduzindo a formação de industriais;
- como processo de internacionalização do capital industrial e bancário, realizado através da penetração direta (fusoes) ou indireta (submissão dos setores nos quadros da estrutura organizacional) das corporações internacionais;
- como modernizção gradual da agricultura realizada nos quadros das relações tradicionais da propriedade, portanto transformando a sua estrutura técnica e o caráter das relações com a cidade e o capital industrial;

- como instituição do Estado no papel de promotor do processo de concentraçao e internacionalização do capital brasileiro e investor na esfera da industria de produtos básicos e da infraestrutura.

No curso dos últimos 12 anos, graças a progressiva modernizaçao da agricultura e graças ao abandono dos projetos de reforma agrária, sobre a qual ainda se falava em 1964-1965[16] e a política de créditos do governo apoiando os grandes proprietários de terra, conseguiu-se obter a cordial neutralidade da oligarquía frente as iniciativas económicas da ditadura militar, como também a submissao final da oligarquía ao desenvolvimento do capital industrial. Por exemplo, a redução mínimo de autonomía dos órgaos de poder municipais que comércio por fortes grupos constituiam importantes pontos de apoio do poder da oligarquia na época do populismo e, anteriormente, não encontrava de sua parte com uma importante resistencia. Como esclarece entretanto Shepard Forman, «there is an obvious logic underlying their willing embrace of public authority, since the new landholding class has becomethe guardian of order and the reaper of progress in the new Brazilian State. Having decided that it would rather be rich than powerful, it has "[...] willingly exchanged its pretensions to political hegemony for economic security, its ‘right to rule’ for its ‘right to make money’"»[17].Um fator adicional foi aquí, com certeza, igualmente, o deslocamento do ponto de gravidade das influências políticas das diversas regiões e Estados para a capital e o fortalecimento do poder central.

---

[16] A história da nao-realização da reforma agrária apresenta J. Gomes da Silva: *A reforma agrária no Brásil: frustração componesa ou instrumento de desenvolvimento?*, Rio de Janeiro 1971. No lugar da reforma agrária foi criado cm 1966 «O Programa de Integração Nacional», cuja base deveria constituir a colonização rural em torno da autoestrada Transamazonica, em construcao. De acordo com o projcto até 1975 deveriam ser criadas propriedades para 100 mil emigrantes do Nordeste. Este programa não foi realizado. e até 1974, a SUDAM, vendeu cerca de 2 milhões de km de terras a grandes firmas agrárias e industriais (chamadas agro-business). Ver M. Gomes: *Revendo a solução magica (da Transamazónica as grandes empresas)*, «Opinião», 17 VI 1974.

[17] Sh. Forman: *The Brazilian Peasantry*, New York and London 1975, pp. 199-200. Isto não significa a liquidação das contradições entre o rico camponês e as empresas agrárias, e a grande indústria e o Estado. Segundo as estatísticas eleitorais, nas eleíções para o parlamento de novembro de 1974, os votos dos eampúfieses ricos e dos empresários agrários contribuiram para a derrota do partido estatal ARENA nas eleições para o senado – mas somente nas regiões fracamente desenvolvidas. Ver O. Pereira (pseudéinimo): *Como lutam agora os trabathadorcs brasiteiros contra a ditadura*, «Diário de Lisboa», 22 VI 1976.

As mudanças estruturais mais importantes se apresentam entretanto na composição da burguesía industrial; elas determinam, em medida principal, o tipo de desenvolvimento econômico e o caráter das relações entre a «socjedade dos cidadaos do país» e o Estado.

O processo de desnacionalização da indústria brasileira, acelerado no período de realização do «Programa de Metas» e transformado em 1964 num dos princípios básicos da política econômica da ditadura militar, reflete tanto a mudança da relação de forças entre as diversas frações da burguesía industrial (ampliação da esfera de dominação do grande capital através da submissao e dá liquidação parcial da indústria pequena e média), como a mudança da relação de forças entre a burguesia brasileira inteira e o capitul estrangeiro[18]. Estas mudanças constituem a única conhecida forma do desenvolvimento capitalista do país subdesenvolvido nos quadros criados pelo sistema capitalista contemporáneo. E se tivesse de indicar a contradição principal contida no programa económico do populismo, indicada, antes de tudo, o irrealismo dos esforços almejando a concordancia numa fórmula de dais postulados contraditórios: a conservação do sistema capitalista através da sua separação da economia mundial capitalista e dos critérios capitalistas de rentabilidade[19].

Eis por que também a desnacionalização surge como a única real possibilidade de sobrevivencía. e desenvolvimento da burguesia «nacional», e, ao mesmo tempo, como forma de supera}ao da contradição da acumulação do capital baseada no apoio conjuntural da classe operária, obtido em troca da postergação *ad acta* da acumulação primitiva do capital indispensável Pítra a criação do setor da indústria pesada e do crescimento da concorrencia da produção[20]. A desnacionalização torna-se assim uma expressao particular da realização do interesse econômico da burguesia «nacional». Nesta afirmação não existe nenhuma contradição;

---

[18] Ver M. Bandeira: Cortéis e desnacionalização. A experiéncia brasileira: 1964-1974. Rio de Janeíro 1975.

[19] A criação do relativo isolamento do mercado mundial foi contudo possível – como mostra o exemplo do Paraguai – no século XIX. Ver M. S. Alperowiez: *Riewoluciia i diktatura w Paragwaje, 1810-1840,* Moskwa 1975

[20] A noção de acumulação primitiva do capital corresponde, neste caso, àa categoria introduzida por N. Preobrazheńsky; em sua abordagem esta acumulação tem lugar «at the expense of the labour of the workers [...] and of the peasants [...]». N. Preobrazheńsky: *The New Economics,* Oxford 1965

corretamente observa Luciano Martins, «que a progressao do contróle estrangeiro sobre a economia brasileira se fez a custa do setor privado nacional [...] Isso não significa necessariamente, entretanto, a liguidação. económica do empresaria do local. A tendencia é para que este se transforme num sócio menor das empressas estrangeiras e garanta, por esta vía, sua sobrevivencia (e até prosperidade) econômica. O que o empresariado privado local perde é a sua autonomía política»[21].

Enquanto a desnacionalização constituium forma específica da adaptação da burguesía brasileira as condições impostas pelo progresso técnico e a acumulação do capital em escala mundial da economía, a sua complementação lógica e necessária é a realizada pelo Estado política de financia mento dos ramos da produção particularmente absorventes de capital e da infraestrutura, assim como o contróle político e económico sobre a classe operá.ria. Este contrôle é indispensável tanto do ponto de vista da rentabilidade económica como possibilita uma tal orientação da produção com o fim de que o progresso técnico não críe as intrasponíveis barreiras dos mercados de venda.

De acordo com o princípio formulado por Delfim Neto, o arquiteto «do milagre económico» – «É preciso fazer crescer o bolo antes de o distribuir» – a política do Estado no domínio da distribuição dos rendimentos conduziu a queda violenta dos salários reais e a concentração da renda nacional num dos polos sociais. Do ponto de vista das diversas firmas em separado a diminuição dos custos da força de trabalho fortalece a concorrencia da produção e possibilita forçar a venda, entre outras, igualmente, da exportação industrial. Entretanto, por outro, lado, sublinham os populistas e também os teóricos da teoría da «dependência», isto significa o estreitamento do mercado interior, e, portanto, impossibilita a seguida acumulação do capital. Entretanto, fato é que, até agora, estas previsões não se verificaram; ao contrário, a queda dos salários reais foi recompensada parcialmente pela atiyização profissional das mulheres, pelo aumento do número de horas extras trabalhadas e... pela concentração de rendimentos (a estrutura de produção permite o

[21] L. Martins: *Multinacionais*, «Opinião», 16 VIII 1975

pleno aproveitamento dos rendimentos das classes superiores como fonte de demanda, e a ampliação do crédito de consumo para a classe média amplia o circulo da «elite do consumo»)[22]. Não se deve igualmente esquecer que significativa parte da produção é destinada à satisfação da demanda resultante da inqustrialização; acelerada e, neste sentido, a questao do mercado de consumo estreitado da população pode ser momentaneamente descolada para um plano posterior. A lógica é assim simples: não é uma questão importante quem consome, mas se existe demanda para a produção.

O papel do Estado não se reduz, entretanto, sòmente, à criaçao de condições favoráveis para a acumulação através da criação da infraestrutura e do controle do nivel de salários. Como indicou Martins, o processo de desnacionalização da burguesia brasileira conduz a perda por ela da autonomía política. Esta tese, refletindo numa outra abordagem o crescimento da autonomía política do Estado como específico substituto da burguesía «nacional», encontrou ampla justificaço na teoría «do desenvolvimento associado» apresentada por Fernando H. Cardoso. Afirma ele que nas condições da industrializaçao baseada na cooperação com as corporações internacionais, o único contrapeso para elas "torna-se o setor estatal e a constituida na sua base «burguesia estatal». Em consequencia: «Em vez do nacional-populismo anti-imperialista, um nacional-estatismo que deve purgar os pecados do padrão objetivo da associaçao crescente com os capitais foraneos [...]. O jogo político básico, em termos do desenvolvimento, dá-se em funço das contradictoes entre as pressoes para acentuar o nacional-estatismo ou para, deixando-o um pouco a margem, concentrar as esperanças no dinamismo da "racionalidade" da grande empresa internacional e de sua associaçao com o setor estatal ou privado local»[23].

---

[22] F. H. Cardoso: *As contradições do desenvolvimento-associado*, West-Berlin 1973 (mimeografado), e W. Schoeller: *Weltmarkt und Reproduktion des Kapitals*, Frankfurt am Main 1976, ponto 4.6. Tem lugar igualmente a adaptação da estrutura do consumo operário ao perfil de produção da grande indústria, as custas das necessidades elementares (alimentação, higiene, etc.), o que suaviza a superprodução e possibilita o aumento da exportação de alimentos. Cotejar Familia assalariada: padrao e custo de vida, «Estudos Socio-Economicos», 1974, n° 2 (resultados das pesquisas conduzidas pelos sindicatos protissionals).

[23] F. H. Cardoso; *As contradições...*, pp. 32-33

A teoría de Cardoso reflete corretamente, em minha opinião, a imagem da situaçao que se constituiu no Brasil nos primeiros anos da realizaçao do «milagre econômico». Mas também sòmente para este período pode-se aceitá-la sem maiores reservas. O problema se baseia em que, ao se acentuar o papel de «associaçao» entre o Estado, como elemento que expressa o «interesse nacional» (leia-se: da burguesía industrial), e as corporações internacionais, Cardoso perdeu do campo de vísao a verdadeira burguesia. brasileira que, neste mesmo momento, igualmente, realizava a «associaçao» coro estas corporaçoes – através da ajuda do Estado. A não observaçao disto provoca que na teoría do «desenvolvímento associado» a cooperação entre o Estado e as corporações internacionais é tratada em categorías de conflito, e o representante do interesse economico da burguesía brasileira pode ser, praticamente, somente«a burguesía estatal» ; a escolha real existe entre o «estatismo nacional» e a «racionalidade da corporação internacional» e seu interesse pelo mercado brasileiro.

Em realidade, no curso dos últimos deis anos, surge coro cada vez maior força a corrente orientada para a desestatização da economia, sem assunpção do controle total pelas corporações internacionais. No encontro com os industriais no Rio de Janeiro, o conselheiro do presidente para questoes económicas, João Paulo dos Reis Velloso, afirman que «o Brasil está procurando viabilizar o seu modelo de capitalismo industrial para proporcionar ao empresário nacional, no estágio do II PND, a oportunidade de participar ativamente do novo surto de substituição de importações que ternos pela frente, em bens de capital e em toda a gama de insumos básicos. [...] o governo pretende atuar apenas nas áreas de infraestrutura,. reservando os sectores diretamente produtivos a iniciativa privada»[24].

O processo de modernização e consolidação da estrutura industrial, baseado na tecnología das corporações internacionais e na aceitação (voluntária e imposta pelo Estado) da estrutura hierárquica da integração, possibilitou o surgimento de grandes grupos industriais, para os quais o Brasil é não tanto a «pátria», mas.o «mercado» e a

---

[24] *O Estado de São Pau1o,* 13 II 1976. O projeto preciso do, desestatização foi apresentado. em: *Desestatizaço: o sinistro relatório de BNDE,* «Opinião», 14 V 1976.

base de expansao para todo o continente latino-americano (neste momento o subimperialismo político e militar começa a se identificar idealmente com o subimperialismo econórilico). Tais grandes grupos industriais constituem a uniao pessoal e funcional do capital brasileiro e estrangeiro de acordo com o modelo da já hoje clássica *joint-venture*, proposta ainda na segunda, metade dos anos quarenta por Augusto Trajano de Azevedol Antunes, proprietário da firma ICOMI (extração e transformação de manganes) com a Bethlehem Steel Corporation norte-americana[25]. A política da ditadura militar nos anos 1964-1974 almejava não somente a liquidação das empresas fracas; um dos fins básicos era igualmente a ligação estrutural das firmas brasileiras e estrangeiras[26]

O projeto de desestatização baseando-se na transmissão aos grandes grupos industriais das empresas desenvolvidas e modernizadas no curso dos últimos anos pelo Estado (o primeiro sinal, experimental, constituiu a quebra do monopólio da PETROBRAS), poe fim, o que é verdade, ao intervencionismo direto do Estado (o Estado no papel de capitalista), mas não significa isto automaticamente a transmissão total do poder esonômico às corporações internacionais. O poder deverá ser transmitido ao capital brasileiro «associado» coro as corporações internacionais e o mercado mundial, isto é, ao único possível capital «nacional» que pode surgir na economia capitalista contemporanea.

Em resumo, a teoria apresentada por Cardoso generaliza unicamente a fase específica no desenvolvimento da burguesia industrial brasileira, fase de mudanças violentas na estrutura técnica da indústria, nas formas da sua ligação coro o mercado mundial e nas direções da produção. A correspondente a esta fase ideologia do «estatismo nacional» torna-se somente um curto episódio; aliás nunca se tornou a ideologia realmente dominante, em oposição ao «internacionalismvo» e «liberalismo» da ESG, ou do «nacionalismo pragmático» do atual grupo governante. O projeto de desestatização, anunciado pelo governo, constitui a expressao do alto gran de

---

[25] Ver R. F. Mikesell: *Bethlehems Joint Venture in Brazilian Manganese,* em: *Foreign Investment in the Petroleum and Mineral Resources,* Baltimore 1971

[26] R. F. Mikesell: *Iron Ore in Brazil: The Experienee of the Hanna Minino Company,* em: *Ibidem.*

integração atingido no setor privado, e a transmissão, fiestas condições, aos grandes grupos industriais das condições básicas da acumulação do capital possibilitará a continuação do «desenvolvimento associado» nos principios normais, isto é, antes de tudo, coro base nos principios da eoncorrencia monopolista e da rentabilidade.

Mas neste contexto um significado particular tomam as format! indiretas do intervencionismo estatal, baseado na concepção do terrorismo institucionalizado do aparelho estatal considerado como o correspondente contemporaneo do Estado liberal-burgues. Escreve Florestan Fernandes: «[...] a Revolução Burguesa combina [...] transformação capitalista e dominação burguesa. Todavia, essa combinação se processa em condições económicas e histórico-sociais específicas, que excIuem qualquer probabilidade de "repetição da história" ou de "desencadeamento automático" dos pré-requisitos do referido modelo democrático-burgues. Ao revés, o que se concretiza [...] é uma forte dissociação pragmática entre o desenvolvimento capitalista e democracia; ou, usando-se uma conotação sociológica positiva: uma forte associação racional entre o desenvolvimento capitalista e autocracia»[27].

A função básica do terrorismo estatal torna-se a manutenção do princípio da livre concorrencia no mercado de trabalho e isto tanto na esfera económica (sindicatos profissionais, greves, regulação do nível dos salários, etc.) como na esfera política (atomização ideológica e organizacional da classe operária e do campesinato). Este princípio é condição sine qua non do desenvolvimento do ca,pitalismo brasileiro e eis por que é também indispensável para a sua manutenção o terror; não tem nada em comum nem com o «cameralismo» na edição militar, nem com a «visao conspirativa da sociedade», como sugere Helio Jaguaribe[28]. Não as «sobrevivencias da consciencia» ou da «tradição» condicionam a existencia do terror mas ao contrário – o desenvolvimento contemponraneo exige a criação e a manutenção de tais «sobrevivencias» e do terror.

---

[27] F. Fernandes: *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológico,* Río de Janeíro 1975, p. 292.

[28] H. Jaguaribe: *Political development: A. General Theory and a Latin American Case Study,* New York 1973, pp. 522-523

Por outro lado, tomando em consideração a crise ideológica e política do populismo, e mais amplamente compreendendo dos projetos reformistas – a burguesía industrial para a defesa do seu interesse económico é obrigada a transmitir ao Estado todas as funções ideológicas e políticas básicas, transformando, ao mesmo tempo, a ideologia e a política em arte da manipulação através de sucedaneos das noções ideológicas e políticas. E se razao tem Anibal Quijano afirmando que o resultado das experiencias dolorosas das massas populares na América Latina é a perda por elas das ilusoes reformistas[29] um processo análogo tem lugar igualmente no segundo polo social – entre as burguesias latinoamericanas. A institucionalização do terror estatal constitui, assim, seguranga frente as surpresas que poderiam novamente surgir no caso de um nava rompimento interior da burguesia e do concomitante crescimento do movimento popular. A análise da eficiência deste tipo de segurança, e, portanto, a análise das formas e da intensidade das contradições e conflitos de classe exige, entretantos um estudo em separado.

[29] A. Quijano: *Las nuevas perspectivas de la clase obrera.* «Sociedad y Política», 1973, no3 e *Crisis imperialista y clase obrera en América Latina,* Lima 1974 (mimeografado).